Práticas urbanísticas e produção de saberes sobre o território na capitania de São Paulo restaurada

MARIA FERNANDA DERNTL[1]

Em meados do século 18, a expansão da rede urbana em territórios luso-americanos tomou forte impulso. A elevação de novas vilas foi um meio de *reterritorialização* da soberania portuguesa, no contexto tenso de demarcação de fronteiras com os espanhóis (KANTOR, 2006). Acompanhando-se algumas das iniciativas de estabelecimento de vilas e povoações na capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, é possível ver que práticas urbanísticas foram reelaboradas e conhecimentos sobre os espaços coloniais produziram-se segundo padrões de uma administração ilustrada. Também se percebe que determinações e instrumentos provenientes dos meios oficiais estiveram em constante interação com as injunções da capitania de São Paulo.

Um novo momento no processo de urbanização de São Paulo iniciou-se em 1765. Nesse ano, a capitania foi restaurada como unidade administrativa autônoma para constituir um centro de reorganização da defesa do Extremo-sul e de reforço à presença portuguesa na fronteira oeste (BELLOTTO, 2007: 44). O estabelecimento de núcleos urbanos tornou-se uma das principais preocupações da administração do governador e capitão-general Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, quarto Morgado de Mateus (1765-1775). Pousos de tropeiros, aldeamentos indígenas e povoações litorâneas deveriam ser convertidos em vilas devidamente arruadas. A expansão da rede urbana estava articulada a reformas no sistema de fortificações. Especial atenção foi dada à construção da praça forte e povoação do Iguatemi, numa região de soberania duvidosa a sudoeste, em terras do atual estado do Mato Grosso do Sul. Mas, nas palavras do governador Morgado de Mateus, se não haveria "coisa tão útil e necessária como as

[1] Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAUUnB), doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Este trabalho apresenta parte dos resultados da tese de doutorado *Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*, desenvolvida com apoio de bolsa de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

povoações", também não haveria "coisa ao mesmo tempo tão difícil..." (DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO – doravante referidos como DI – 1896: 415-420).

Uma das primeiras dificuldades constatadas pelo governo da capitania foi a ausência de profissionais instruídos em Engenharia Militar para conduzir obras de reforma e construção de fortalezas. Cartas do Morgado de Mateus ao vice-rei Conde da Cunha e ao Conde de Oeiras solicitaram a vinda à capitania de um engenheiro ou, pelo menos, de um "homem que tenha alguma luz de Fortificação e Engenharia, ainda que não fosse muito perito" (DI, 1952: 35-36). A construção da Praça-forte e povoação do Iguatemi pôde contar com a supervisão de homens conhecedores de Engenharia Militar. Em 1768, o capitão de infantaria João Álvares Ferreira foi enviado para o Iguatemi "em caráter de engenheiro" para conduzir as obras de implantação do forte do Iguatemi e "delinear" a fortificação "conforme a "regra da arte [de fortificar]" (*apud* SOUZA; MAKINO, 2000: 75). Dois anos depois Ferreira teve de se ausentar. Entre 1772 e 1775, o engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria também esteve na capitania de São Paulo e, a mando de autoridades metropolitanas, fez um exame do estado do Forte, tendo como resultado relatórios escritos e uma série cartográfica. Mas, a presença mais contínua de engenheiros militares em São Paulo só viria acontecer nas últimas décadas do século 18.

Nesse aspecto, o programa de reorganização territorial em São Paulo foi bem distinto daquele conduzido no vale amazônico durante administração do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). No Grão-Pará e Maranhão, a presença de engenheiros militares foi necessária para atividades de medição e conhecimento do território ligadas à demarcação de fronteiras depois da assinatura do Tratado de Madri em 1750. Os trabalhos bilaterais de demarcação não se concretizaram, mesmo assim, os engenheiros a serviço da Coroa portuguesa foram encarregados de plantas de fortalezas, levantamentos cartográficos, roteiros fluviais e terrestres e também planos urbanísticos.

Já na capitania de São Paulo, em vista da carência de técnicos, em 1770 tentou-se estabelecer um ensino relacionado à Engenharia militar O Morgado de Mateus reuniu-se com o padre provincial da Ordem de São Francisco e propôs que se estabelecesse uma Cadeira de Geometria no convento, chegando a indicar o nome do

padre que seria o mestre. A Aula não atraiu candidatos, então se impôs a freqüência obrigatória de militares em quem "se descobrir agilidade para se aplicar a esta Arte" além de "todos os estudantes e pessoas conhecidamente curiosas" (*apud* BELLOTTO, 2007: 212). Os matriculados ficariam isentos de servir às tropas pagas; já quem estivesse apto para a aprendizagem e não se inscrevesse seria recrutado para o serviço militar. Não há indícios de que as Aulas tenham sido implantadas.

O próprio governador e capitão-general acabou orientando obras de reforma de fortificações no litoral, eventualmente buscando apoio nos livros que tinha a esse respeito. A formação aristocrática e a extensa carreira militar do Morgado de Mateus teriam lhe propiciado amplo contato com práticas e saberes pertinentes a Engenharia Militar e Fortificação. A biblioteca que trouxe de Portugal foi ampliada com livros provenientes do anterior acervo do Colégio dos Jesuítas de Piratininga, entre os quais pode-se destacar o Tratado de Vitruvio, a Arte prática de navegar de Manuel Pimentel, o Tratado de Aritmética e Álgebra de Antônio Pereira e o tratado espanhol Escuela militar de fortificacion ofensiva y defensiva de Jose Cassani.

A produção de mapas, as práticas urbanísticas e a coleta de dados sobre o território apresentaram dinâmicas renovadas. Nos primeiros momentos de sua administração, o Morgado de Mateus informou-se sobre o estado da capitania e procurou reunir dados sobre os povos e o território da capitania, considerando tais conhecimentos indispensáveis ao exercício do governo. (BELLOTTO, 2007: 77-82). Além de se queixar da carência de profissionais instruídos em Engenharia militar, a correspondência enviada a Lisboa também fez ampla menção à dificuldade de governar sem dispor de mapas considerados confiáveis. Ainda antes de tomar posse de seu cargo na cidade de São Paulo, quando se achava em Santos entre 23 de julho de 1765 e 2 de abril de 1766, o Morgado de Mateus fez pedidos de mapas a autoridades do Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá. O governador julgava que as cartas geográficas que tinha em mãos eram "tão falsas, que nenhum fruto se colhe delas para discorrer com acerto" (DI, 1952a: 174-178). Afirmou ainda que vinha adquirindo conhecimentos sobre o litoral e os rios da capitania "aos pedaços e em toscos desenhos" (DI, 1952b: 44) Essas queixas sugerem um contraste entre requisitos da cartografia voltada para fins da administração e prováveis desenhos oriundos da experiência sertanista.

Mas, sertanistas e homens hábeis em percorrer os espaços da colônia também foram úteis aos propósitos da administração da capitania. Conforme relato do Morgado de Mateus, logo no início de seu governo convocaram-se a seu gabinete "muitos práticos destes países" com os quais teve "largas conferências" (DI 1952a: 201-215). Um desses homens foi o fazendeiro Antônio Correia Pinto, convocado, conforme relatou, "tanto por ter discorrido [sic] todas as campanhas do Sul e ao centro das Índias de Castela, como pela sua inteligência" (AUTOS de justificação, Casa de Mateus, G.1040.09 e G.1858.08). As reuniões com o governador trataram das características dos territórios meridionais da capitania, tendo por base um mapa produzido na ocasião. Ao fim, decidiu-se sobre o local apropriado para uma nova povoação, futura vila de Lajes, situada no caminho de Viamão. Além de prezar os conhecimentos de Antônio Correia Pinto sobre os campos ao Sul, o governador deve ter considerado o fato de ele ser um rico fazendeiro de gado, o que o tornava apto a arcar com os custos envolvidos na criação da nova povoação.

As várias iniciativas de estabelecimento de núcleos urbanos exigiram estabelecer alianças com agentes locais e buscar uma rede de colaboradores. Ordens similares foram enviadas para diretores encarregados de formar ou reformar núcleos em pontos diversos da capitania. Determinou-se que fossem congregados "forros, carijós, e administrados de que tiver notícia andam vadios e não têm casa nem domicílio certo, nem são úteis à República" ou, em termos similares, "forros, vadios e gente inútil que achar desarranchada e dispersa" (DI, 1940: 88; DI, 1901: 160). As convocações de povoadores reforçavam disposições da legislação indigenista pombalina e das políticas de aproveitamento produtivo dos chamados vadios.

Oficiais, eclesiásticos e outras autoridades da capitania foram encarregados de encontrar lugares adequados para povoar em regiões já mais ou menos predeterminadas. Os sítios indicados por agentes locais deveriam ser aprovados pelo Morgado de Mateus que, à distância, julgava sua conveniência. Essas ordens desencadearam um afluxo de dados escritos e desenhos sobre algumas regiões da capitania. O capitão-mor de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade, já antes encarregado de enviar uma lista de *vadios* que poderiam ser povoadores, propôs um local ao pé da serra da vila, onde seria possível desenvolver atividades já existentes de transporte e comercialização de madeiras de pinheiros. Em 1766, o padre Francisco da Piedade enviou "um limitado

risco do lugar" onde sugeriu a construção de Sabaúna, junto com uma declaração da Câmara de Iguape que ratificava a qualidade do local (CARTA do frei Francisco da Piedade, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo de Mateus, I-30, 15, 22, n. 1). O capitão-mor de Taubaté, Bento Lopes de Leão, recorreu a uma aquarela para representar as desvantagens de um sítio de "morros montuosos" antes designado para uma povoação junto ao rio do Peixe, afluente do rio Paraibuna (CARTA do capitão-mor de Taubaté, Bento Lopes de Leão, BNRJ AM, I-30, 13, 12, n. 51). Antes de apresentar suas sugestões, autoridades locais por vezes consultaram práticos e homens conhecedores da terra.

Também se fizeram levantamentos sobre o estado de povoações existentes. Aldeamentos indígenas foram examinados quanto à possibilidade de aproveitamento de construções. Em Nossa Senhora da Escada, julgou-se que não haveria condições de fazer novas casas para os religiosos, por isso resolveu-se reparar aquilo que já existia. Conforme uma descrição de São José da Paraíba feita em 1766 pelo seu recém-nomeado diretor, José de Araújo Coimbra, a igreja precisaria ainda ser coberta e rebocada, a torre estava por concluir, os forros, as janelas e o retábulo estavam por fazer e as casas estavam todas "desbaratadas" (CARTA do capitão-mor de Jacareí, BNRJ, AM I-30, 10, 27, n. 7).

Já nas primeiras iniciativas promovidas ao sul da capitania – a construção da fortaleza de Paranaguá e a criação da povoação de Guaratuba – surgiram conflitos de toda ordem. Câmaras locais mostraram-se resistentes, colonos não queriam ceder cativos indígenas para o povoamento, comerciantes recusavam-se a arcar com custos envolvidos e povoadores procuraram escapar das pesadas obrigações que lhes eram impostas. As dificuldades para concretizar as iniciativas ao sul da capitania levaram o Morgado de Mateus a designar a intervenção de um representante direto de sua autoridade, seu primo e ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio, depois promovido a tenente-coronel. Nos primeiros meses de 1767, Afonso Botelho já estava envolvido não só com a implantação de Guaratuba, mas também de Lajes, Ararapira, Sabaúna e Santo Antônio do Registro. Ao sul da capitania, Afonso Botelho de Sampaio vistoriou sítios e foi reunindo dados remetidos por outros agentes regionais, que depois eram enviados ao Morgado de Mateus. Para resolver os problemas em torno da definição dos sítios, Afonso Botelho fez uma reunião conjunta com os diretores de

novos núcleos. O governador acreditava que, embora não pudesse estar presente naquelas partes distantes, as informações colhidas por seu ajudante de ordens seriam suficientes para que ele pudesse tomar decisões.

O sul da capitania concentrou boa parte das atenções no início da administração do Morgado de Mateus, mas logo o sertão do Tibaji tornou-se espaço prioritário para os objetivos de consolidação da presença portuguesa na fronteira oeste e abertura de novas frentes de expansão territorial. Entre 1768 e 1774, realizaram-se onze expedições ao Tibaji e aos campos de Guarapuava, em paralelo a expedições de povoamento e abastecimento do forte do Iguatemi, construído em terras do atual estado do Mato Grosso do Sul. Em contraste com o sertanismo de caráter particular e voltado para o apresamento de indígenas, as expedições de 1768-1774 foram organizadas pelo governo da capitania e tinham propósito de reconhecer os sertões, reduzir os índios e preparar o estabelecimento de povoações. Conforme destacou Maria Beatriz Silva (1999) na segunda metade dos setecentos as expedições sertanistas dirigidas por autoridades coloniais passaram a ser mais numerosas e adquiriram contornos científicos, com diários minuciosos e anotações de dados sobre distâncias, latitudes e obstáculos encontrados.

Desenhos e textos escritos sobre os sertões fluíram continuamente para a cidade de São Paulo, onde o Morgado de Mateus atualizava mapas a partir da combinação de diversas fontes, acrescentando ou substituindo elementos, podendo também requerer dados adicionais. Instalou-se no Colégio dos Jesuítas uma "casa de geometria aonde se ensinava e se delineavam mapas" (Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, AHU_ACL_CU_023, Cx. 6, D. 377).

Um mapa da "campanha de Guarapuava" desenhado pelo engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria traduz em termos gráficos o andamento das expedições que se realizavam (figura 1). O mapa sugere uma visão ordenada do sertão, apresentando unidades espaciais demarcadas por caminhos, rios, acidentes geográficos ou vegetação. Mesmo espaços ainda desconhecidos tendem a dimensões circunscritas. Rios e morros foram rebatizados segundo uma toponímia alusiva ao Reino ou ao próprio governador, como, por exemplo, o rio D. Luís (Ivaí). Ao que parece, a percepção dos sertões estava se alterando, impondo-se uma noção de territorialidade a espaços antes indeterminados.

Um dos propósitos da produção cartográfica foi fornecer argumentos em disputas com capitanias vizinhas a respeito dos limites das circunscrições administrativas. Em fins de 1766, o Morgado de Mateus fez uma memória das seis diferentes demarcações entre São Paulo e Minas e apresentou-as num mapa (figura 2) que afirmou ter sido realizado por ele mesmo. (Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo AHU_ACL_CU_023, Cx. 6, D. 377). O mapa teria levado em conta as "observações" de Francisco Tosi Columbina e dos padres matemáticos, além de "informações mais exatas das testemunhas oculares que viram e vadiaram os sertões". O resultado teria sido "disposto com a maior exatidão e certeza entre os [mapas] que até agora se tem feito desta capitania" (DI, 1952b: 98-185). O discurso do governador parece enfatizar um estatuto supostamente objetivo e neutro da representação cartográfica, com intenção de reforçar os argumentos em prol de São Paulo.

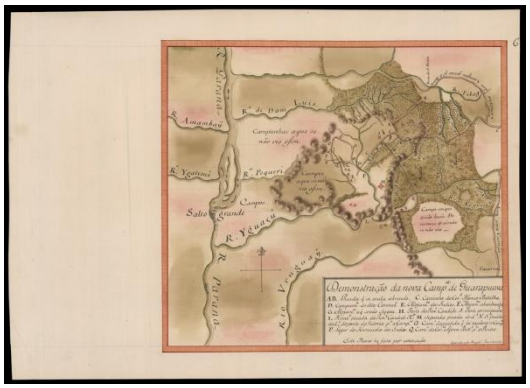


Figura 1: José Custódio de Sá e Faria. **Demonstração da nova Campanha de Guarapuava**, 1775.
Fonte: MOURÃO, D. Luís Antônio de Sousa Botelho (Org.). **Cartas topográficas do continente do Sul e parte meridional da América portuguesa** [1775]. BNRJ, Coleção Morgado de Mateus, manuscritos, 049, 05, 009.

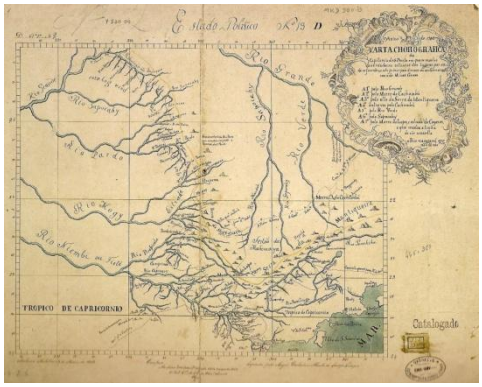


Figura 2: Major Umbelino Alberto de Campo Limpo. [Cópia de 1869 da] **Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que se mostra a verdadeira situação dos lugares por onde se fizeram as sete principais divisões do seu Governo com o de Minas Gerais,** 1766**.**
Fonte: Novo Milênio. Disponível em < http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa41.htm >Acesso em 18 fev. 2011.

O principal instrumento de ocupação política do território era a elevação de vilas. Depois de um período de sessenta anos sem novas elevações, entre 1765 e 1775 dez novas vilas foram criadas na capitania. Algumas delas foram erigidas em freguesias existentes antes de 1765, muitas parecem ter tido base em povoações anteriores e algumas poucas devem ainda ter sido construídas *ex-novo*. A administração de São Paulo recorreu a métodos de criação urbana já estabelecidos ao longo do processo de expansão colonizadora. Procurou-se disciplinar os trabalhos de implantação e controlar alguns aspectos da configuração da paisagem urbana. Mas, ainda que alguns aspectos do modo de se construírem núcleos urbanos tenham se pautado por determinações preestabelecidas pelo governo da capitania, a definição da paisagem urbana deu-se em grande parte ao longo da implantação e construção, segundo técnicas e conhecimentos locais.

Depois de 1775, o ritmo de criações de povoações e elevações de vilas na capitania de São Paulo diminuiu muito. Durante o reinado de D. Maria I (1777-1792) a preocupação com a segurança e a consolidação das fronteiras permaneceu, mas, após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1º de outubro de 1777, um longo período de batalhas intermitentes ao Sul chegou ao fim. O adiamento dos trabalhos de demarcação das fronteiras estabelecidas no Tratado permitiu o deslocamento de alguns dos comissários das partidas para serviços em São Paulo. Em janeiro de 1788, o engenheiro João da Costa Ferreira foi encarregado de servir na capitania por seis anos,

mas, ainda em 1806 achava-se em São Paulo. Também foram enviados a São Paulo o ajudante Antônio Rodrigues Montesinho, o matemático Bento Sanches Horta e o astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa. Alguns dos principais encargos desses técnicos se deram no campo do mapeamento do território da capitania.

A exploração exaustiva da natureza colonial e o conhecimento metódico dos territórios foram eixos das políticas de orientação reformista desenvolvidas pela Coroa portuguesa no ultimo quartel dos setecentos (MUNTEAL FILHO, 2002). Em março de 1797, foram expedidas determinações régias visando a regular a extração de madeiras para uso da marinha e exportação. De acordo com essas instruções, "matas e arvoredos" do litoral ou em rios que desembocassem diretamente no mar deveriam ser reservados para a Coroa, proibindo-se também a concessão de sesmarias nesses locais. Ordenou-se ainda a realização de mapas nos quais de identificassem as áreas de matas e se fornecessem dados sobre os tipos de madeiras ali existentes.

João da Costa Ferreira iniciou os trabalhos de levantamento cartográfico em julho de 1798 e em março de 1799 já tinha concluído os trabalhos referentes à parte da costa entre Bertioga e o sul da capitania. O levantamento do litoral norte foi realizado por Antônio Montesinho. Ambos tomaram como base observações astronômicas realizadas por Bento Sanches Horta e Francisco de Oliveira Barbosa em 1791 e 1792. Como resultado, têm-se mapas parciais do litoral indicando as áreas de reservas régias de madeiras de lei, trazendo também em detalhe plantas de vilas e fortalezas acompanhadas de comentários escritos. Uma das pranchas das Cartas Corographicas e Hidrographicas de toda a costa e portos da Capitania de São Paulo sistematizou conhecimentos sobre a costa da capitania e suas potencialidades em termos de extração e transporte de madeiras. Esse levantamento serviu ainda de base para o Mapa Corográfico da capitania de S. Paulo, de Antônio Rodrigues Montesinho. O mapa fez uma primeira grande síntese do processo de estruturação do território de São Paulo iniciado em 1765 (figura 3). Nos discursos dos governadores do período pós-pombalino, não se viu uma reflexão abrangente sobre o território tal como foi tendência do governo do Morgado de Mateus. Mas, uma apreensão unificada da capitania passou a se expressar em mapas produzidos em fins do século 18. A produção cartográfica por parte de profissionais com formação erudita veio apresentar visões abrangentes de um

processo de urbanização e reorganização territorial desenvolvido em boa parte entre 1765 e 1775.



Figura 3: Mapa corográfico da capitania de São Paulo que por ordem do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Bernardo José de Lorena (....) levantou o ajudante engenheiro Antônio Rodrigues Montesinho, conforme suas observações feitas em 1791 e 1792.
Fonte: Mapoteca do Itamaraty, n. 186.8713, CEHP 2790. Foto: Newman Caldeira.

A experiência urbanizadora de São Paulo permite indagar sobre possíveis especificidades locais no âmbito de uma cultura urbanística luso-brasileira. A estreita correlação entre a prática arquitetônico-urbanistica e a atuação de engenheiros militares dotados de uma formação teórica fundamentada em manuais de fortificação militar teria sido uma marca da expansão urbana promovida pelo Império Português da Idade Moderna (CORREIA, 1990: 133-134). Nessa perspectiva, a existência de um quadro de engenheiros militares atuando a serviço da Coroa Portuguesa em diferentes pontos do Império e circulando pelos vários domínios seria um elo de articulação entre diversas iniciativas urbanísticas. Mas, conforme já destacou Renata Klautau Malcher de Araújo (2000: 377), haveria métodos de criação urbana partilhados não apenas por engenheiros, mas também por um grupo mais amplos de oficiais e membros da administração com formação militar. No processo desenvolvido na capitania de São Paulo, destacou-se a atuação centralizadora do governador e capitão-general Morgado de Mateus liderando a organização de dados sobre o território e buscando sistematizar os trabalhos de implantação de núcleos urbanos. Ainda que não haja evidências da participação mais direta de técnicos especializados na maior parte das povoações estabelecidas entre 1765 e 1775, saberes e métodos pertinentes à Engenharia Militar não deixaram de ser mobilizados. Pode-se ver, porém, que no cotidiano conflituoso de implantação de núcleos urbanos, foi necessário recriar práticas e dar lugar a arranjos inusitados.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Renata K. Malcher **A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: Discurso e Método. Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Alameda, 2007, 2ª edição revista.

CORREIA, José Eduardo Capa Horta. **Vila Real de Santo António**: urbanismo e poder na política pombalina. Porto: FAUP, 1990.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado, v. 23, 1896; v.33, 1901; v. 72, 1952a; v. 1952b; v.65, 1940.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. O Urbanismo no Brasil-província. In: CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**, 1500-1822. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 355-403.

KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822). In: KOERNER, Andrei. (Org.). **História da Justiça Penal no Brasil**: pesquisas e análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-38.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Memórias, Reformas e Acadêmicos no Império Luso-Atlântico. Domínio territorial, poder marítimo e politica mercantilista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 163 (416), p. 13-66, jul./set. 2002.

SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Orgs.). *Diário de navegação* - Teotônio José Juzarte. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000.